

## **ACOLHIMENTO, ACESSIBILIDADE E MUSEUS INCLUSIVOS: INTERSECÇÃO DE CONCEITOS PARA UMA AÇÃO DE INCLUSÃO CULTURAL**

CARLA SERPA COSTA<sup>1</sup>; CECILIA RECHLINSKI PINTO<sup>2</sup>; DESIRÉE NOBRE SALASAR<sup>3</sup>; LARISSA DALL'AGNOL DA SILVA<sup>4</sup>; FRANCISCA FERREIRA MICHELON<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – carlinhaserpac@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – ceciliarechlinskip@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – dedah.nobres@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas - larissadallagnolto@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – fmichelon.ufpel@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Esse trabalho discute a intersecção de três conceitos, situados em campos de conhecimento diversos, para observar os resultados de uma ação desenvolvida no programa de extensão “O Museu do Conhecimento para Todos: inclusão cultural para pessoas com deficiência”, contemplado com recursos em dois editais Proext-MEC (2012 e 2015). Este Programa envolve recursos humanos e materiais de sete cursos de Bacharelado (Arquitetura e Urbanismo, Museologia, Conservação e Restauro, Terapia Ocupacional, Cinema, Design Gráfico e Design Digital) e de dois programas de pós-graduação (de Arquitetura e Urbanismo e de Memória Social e Patrimônio Cultural), todos da Universidade Federal de Pelotas e tem na Escola Louis Braille e no Centro de Reabilitação Visual, ambos desta cidade, os parceiros na sua formulação, na proposição de metodologias e na avaliação dos resultados. A ação que constituiu a empíria apresentada neste texto foi uma exposição objetivada à recepção de pessoas com deficiência visual, na qual houve uma visita com um grupo de 18 pessoas atendidas pelo Centro de Reabilitação e pela Escola. Na exposição observam-se os resultados da metodologia transversal e interdisciplinar como meio para obter soluções de recepção, comunicação e mediação em espaços museológicos, qualificando-os, deste modo, como inclusivos. Ao final da visita, estes foram avaliados pelo público alvo. O questionário empregado nesta avaliação buscou verificar a qualidade dos recursos de acessibilidade disponíveis neste ambiente e o seu potencial facilitador do acesso ao conteúdo da exposição. Utilizando-se parte dos dados levantados e remetendo-se aos conceitos já citados, foi possível aferir aspectos de recepção e o papel do terapeuta ocupacional neste processo. Buscou-se, sobretudo, refletir a respeito deste campo aberto que é o da inclusão cultural.

### **2. METODOLOGIA**

Os três conceitos interseccionados neste estudo apresentam-se, com significados diferentes, em mais de uma área do conhecimento. Sobre o acolhimento, elegeu-se a área da saúde na qual se encontra a Terapia Ocupacional. Adota-se o entendimento apresentado na Política Nacional de Humanização que assim o define: “Acolher é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/ populações.” (BRASIL PNH, 2013, p.7). O acolhimento é resultado de um processo - ainda conforme o entendimento desta política - no qual todos os atores precisam convergir para viabilizar um novo formato de recepção do usuário que implica em resolutividade

diante das necessidades do outro. Por esta razão, Franco e Merhy (2013) advogam o acolhimento como um vetor de universalização da assistência. A acessibilidade também é primeiramente um conceito de direitos humanos, no entanto, empregada em um campo de aplicabilidades muito amplo no qual o conceito de deficiência também está implicado. Ora, a definição de deficiência exposta nas Leis 8.112/90 e 8.213/91 define a pessoa com deficiência como sendo aquela que "apresenta, em caráter permanente" fatores, perdas ou anormalidades que a impossibilitam de desempenhar as atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano". É compromisso da acessibilidade gerar um ambiente com maior ou menor grau de inclusão. Sabe-se que este fato reflete uma situação educacional, sobretudo quando a deficiência é sensorial. No que tange ao museu inclusivo, o conteúdo do Estatuto dos Museus esclarece, no Artigo 2º como um dos princípios fundamentais dos museus, "a valorização da dignidade humana; a promoção da cidadania; a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural". Observa-se, claramente, que nesta trama de interesses e intersecções o museu é uma instituição que busca se profissionalizar, inclusive no quesito acessibilidade, transpondo o conceito de deficiência como impeditivo para o indivíduo socializar plenamente, para o conceito de deficiência como diferença a ser incorporada pelo ambiente. Sabe-se que o vetor inclusive mais eficiente é a integração entre as pessoas. A acessibilidade no museu é um fato de integração. Chega-se, então, à intersecção dos conceitos: o acolhimento é um fator importante de acessibilidade, que pode responder pelo caráter inclusivo do museu.

A forma como o acolhimento foi traduzido para a prática de recepção do grupo na exposição acima referida consistiu no método pelo qual os membros da equipe se organizaram, assumiram as tarefas e as desempenharam. O grupo recebido era formado por pessoas em tratamento de reabilitação visual com idade variável entre 12 e 77 anos e acompanhantes. Cinco dos visitantes com deficiência visual tinham outra deficiência associada (cognitiva e/ou motora). A visita durou quatro horas, incluindo o deslocamento de saída e de retorno à Escola. A equipe que recebeu os visitantes era formada por duas professoras e onze estudantes dos cursos já citados. Houve o suporte da assistente social do Centro de Reabilitação, que é colaboradora do Projeto, e duas estagiárias.

O trajeto da visita foi acompanhado pela equipe, e cada visitante recebeu atenção de um ou mais alunos e professores. A recepção incluiu a apresentação verbal de todos, e a visita foi mediada para cada três visitantes por uma mediadora. Os acompanhantes também realizavam a visita. Ao final, a mesma mediadora e outros colegas realizavam a entrevista. Foram realizadas 13 entrevistas, além dos depoimentos dos acompanhantes que foram gravados. As perguntas dirigiram-se à recepção e aos recursos.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A entrevista estruturada foi dividida em dois grupos de perguntas que buscaram avaliar os recursos aplicados e a recepção. Nesta discussão, levou-se em consideração as respostas do segundo grupo. De acordo com as avaliações, todos destacaram a recepção como sendo o elemento mais forte da visita. O contato humano, a disposição para receber, perguntar e escutar, dos membros da equipe foi traduzida como hospitalidade e simpatia. Havia, entre os visitantes, pessoas que conheciam o prédio visitado quando ainda era um frigorífico, no entanto, afirmaram que o sentiam de modo diverso após a visita e que a história do lugar e da cidade conferiam significados novos ao conhecimento anterior. Este

depoimento ocupou especial atenção da equipe, porque, ainda segundo as informações obtidas, todos os visitantes registraram ser esta a primeira visita a uma exposição acessível. Entendido o que vinha a ser acessibilidade cultural, todos reconheceram a precariedade do fato em Pelotas, uma vez que a preocupação das instituições ainda se restringe “na colocação de uma rampa de acesso”. Em duas perguntas, a resposta foi unânime e favorável: quanto à recepção e ao retorno. Quando solicitados a falar do resultado da visita, dez visitantes ressaltaram o valor da história que estavam conhecendo. Quando indagados sobre o tempo da visita, uma pessoa o considerou muito extenso e duas preferiram que a visita à exposição fosse mais rápida. Estas três pessoas possuem algum grau de visão.

#### **4. CONCLUSÕES**

Houve, antes desta visita, outras nas quais se recebeu uma ou duas pessoas juntas com deficiência visual. Observa-se, mediante comparação, que as visitas em grupo são mais produtivas para a avaliação porque permitem que se possa comparar opiniões sobre fatores iguais. No entanto, um grupo numeroso demanda um atendimento mais lento e uma observação mais cuidadosa, em especial quando os visitantes apresentam diferentes necessidades. Entendeu-se que o fator que tornou este evento exitoso foi, sobre todos os demais, a recepção, reiterando que o tripé acolhimento-acessibilidade-inclusão é, na verdade, um processo sequencial que ocorre nesta ordem. Entendeu-se, com base nesta experiência, que o acolhimento não é um rol de procedimentos, mas uma postura e que não é conhecimento específico de alguma área, mas opção por uma forma de trabalho. O acolhimento implica na intencionalidade das ações como resposta à necessidade do outro, portanto, não se trata de uma técnica ou de um conjunto de técnicas e pode, mesmo, ser de difícil prescrição caso venha a ser tratado como um método. No entanto, foi possível observar que o acordo tácito entre os membros da equipe em organizar o processo de trabalho com vistas a uma recepção resolutive e atenciosa igualou a postura de todos. Neste caso e como decorrência da avaliação feita, compreende-se que o acolhimento é um meio de acessibilidade e evita-se nomeá-lo como um recurso para não o confundir com os demais recursos usados, decorrentes da aplicação de técnicas e de conjuntos de conhecimentos (como, por exemplo, exigem a produção das maquetes ou das audiodescrições). O acolhimento assim compreendido, como elemento de acessibilidade, dá sentido a meta de inclusão porque, sobretudo, confere operacionalidade à gestão do cuidado do modo como a essa se refere a Política Nacional de Humanização. E tal como enuncia este documento:

Humanizar se traduz, então, como inclusão das diferenças nos processos de gestão e de cuidado. Tais mudanças são construídas não por uma pessoa ou grupo isolado, mas de forma coletiva e compartilhada. Incluir para estimular a produção de novos modos de cuidar e novas formas de organizar o trabalho. (BRASIL PNH, 2013, p.4)

Deste modo, na continuidade do Programa ao qual se vincula esta ação, verifica-se que o pressuposto do museu inclusivo é o vetor humano. Conseguir receber públicos que apresentem deficiências sensoriais, intelectuais e motoras é, sobretudo, dedicar-se ao aprimoramento da recepção, buscando humanizá-la. O

museu, como instituição, pode escolher este caminho e não haverá objeções se for uma decisão coletiva. Advoga-se, no caso específico desta proposta, que este caminho é praticamente inalienável do objetivo maior do Programa, tanto mais por estar sendo desenvolvido em uma universidade pública. Entende-se, também, que as finalidades da instituição universitária estão progressivamente se afirmando, por força das políticas nacionais e por interesse dos grupos de trabalho que se inserem com maior clareza na política nacional de extensão, tal como se expressa no texto dos objetivos no que se refere a "possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do País", bem como "priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (por exemplo, habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda), relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho" (FORPROEX, 2012). Será, assim, que O Museu do Conhecimento para Todos, compreende que a inclusão, como resultado de um processo multifactorial, não se plenifica fora de uma perspectiva essencialmente humanitária, e chama a participação externa à Universidade para compor com esta um diálogo contínuo entre os conhecimentos acadêmicos e extra-acadêmicos, assegurando o museu universitário como um espaço de investigação, formação profissional e inclusão.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009**. Estabelece o estatuto dos Museus. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 15/01/2009.

BRASIL. PNH. **Política Nacional de Humanização**. Brasília (DF): 2013. Biblioteca Virtual em Saúde. Disponível em: [www.saude.gov.br/bvs/humanizacao](http://www.saude.gov.br/bvs/humanizacao). Acesso em 10/07/2015.

FRANCO, T.B.; BUENO, W. S.; MEHRY, E.E. O acolhimento e os processos de trabalho em saúde: o caso de Betim. MG, Brasil. **Cad. de Saúde Pública**. V. 15, n.2: 1999, p. 345-353.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em 10/01/2015.